

## DA HOMOGENEIZAÇÃO DA PAISAGEM À REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

**Thaine Regina Backes**

Mestranda em Geografia pela UFGD

[thaineregina@yahoo.com.br](mailto:thaineregina@yahoo.com.br)

### RESUMO

Este trabalho pretende analisar os principais condicionantes da evolução da agroindústria canavieira no Estado do Mato Grosso do Sul. Torna-se relevante compreender as principais transformações geradas pela expansão desta agroindústria no Estado. Identificando, os condicionantes referentes aos impactos econômicos, bem como da participação do Estado como Instituição pública norteadora do processo. Não esquecendo que através desta forma de produzir, ocorrem reestruturações que reordenam e redefinem o espaço agrário no Estado do Mato Grosso do Sul. Para essas especificidades do processo de acumulação capitalista que leva a reestruturação e monopolização do território através da agroindústria da cana-de-açúcar, é necessário compreender as políticas de incentivo ao setor no Brasil, verificando os diversos percursos pelos quais passa o setor canavieiro ao longo do tempo. Consideramos que através deste processo de reestruturação e monopolização do território (ainda em desenvolvimento), poderá acarretar no desaparecimento das pequenas e médias propriedades da estrutura fundiária regional. Portanto, novas configurações passam a se delinear em cenário nacional, e o setor agroindustrial da cana-de-açúcar, estará atendendo as imposições internacionais como garantia de mercado.

**Palavras Chave:** Agroindústria, Cana-de-açúcar, Espaço agrário, Reestruturação produtiva, Monopolização do território.

## THE HOMOGENIZATION OF THE LANDSCAPE TO THE EXPANDED REPRODUCTION OF CAPITAL: AN ANALYSIS OF THE EXPANSION OF SUGAR CANE IN MATO GROSSO DO SUL

### ABSTRACT

This work intends to examine the major constraints of the development of Dutch agribusiness in the state of Mato Grosso do Sul. It is important to understand the major changes generated by the expansion of agribusiness in the state. Identifying the constraints relating to economic impacts, as well as the involvement of the state as public institution guiding the process. Not forgetting that through this form of produce, which occur restructuring reordination and redefinition the space agriculture in the state of Mato Grosso do Sul. For these special features of the process of capitalist accumulation that leads to restructuring and monopolization of the territory through the agribusiness of sugar cane, it is necessary to understand the policies to stimulate the industry in Brazil, noting the different pathways through which passes the cane industry over the time. We believe that through this process of restructuring and monopolization of the area (still in development), could cause the disappearance of small and medium properties of the regional structure. Therefore, new settings will be outlining in the national scene, and the agroindustrial sector of the sugar cane, will be given the charges as a guarantee for international market.

**Key words:** Agroindustry, Sugar-Cane, Space agrarian, Restructuring productive, Monopolization the territory.

---

Recebido em 09/10/2007

Aprovado para publicação em 15/05/2008

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se entender os principais condicionantes da evolução da agroindústria canavieira no Estado do Mato Grosso do Sul (Figura 1). Portanto, se faz importante analisar algumas transformações geradas pela expansão da agroindústria canavieira.

Nestes aspectos, a participação do Estado como Instituição pública norteadora bem como a ação do capital privado neste processo de acumulação, passa a auferir novas articulações vinculadas a expansão do setor sucroalcooleiro do Mato Grosso do Sul. Assim é necessário verificar os processos que levaram às mudanças na estrutura sucroalcooleira, relacionadas à recuperação do mercado açucareiro e desenvolvimento de maior concentração/expansão no Estado, principalmente após o período de desregulamentação do setor com a extinção do PROÁLCOOL (Programa do Álcool e do Açúcar).

As interpretações desses processos através de indicadores de produção condicionam a verificar o desenvolvimento regional, bem como sua importância para novas articulações econômicas de crescimento no Estado do Mato Grosso do Sul.



Elaboração: Thaine R. Backes e Marcos L. Mondardo.  
Fonte: Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento - IMAD.

Figura 1 - Estado de Mato Grosso do Sul

### **Da “homogeneização” da paisagem ao “controle” do território: a expansão da atividade sucro-alcooleira no Mato Grosso do Sul**

Para compreender a região pesquisada é necessário partir dos elementos que as situações e fatos concretos nos oferecem para análise. Para o estudo em questão, consideraremos as categorias Paisagem - como meio visível de modificação/alteração no meio e o Território - através do qual buscamos a compreensão sobre as formas de apropriação capitalistas inseridas nesse meio, sendo que é nessas relações que se formam/transformam os modos existentes em torno do processo de expansão canavieira. Analisados separadamente em primeiro momento, mas componentes de um todo, cada qual com sua especificidade articulando-se um ao outro, dando as características peculiares da inserção canavieira no Estado do Mato Grosso do Sul.

Partiremos da Paisagem como um viés de interpretação das modificações que seguem inseridas no estado, entendendo que a partir das preliminares dessa análise, contribuam em um maior entendimento sobre a alteração/transformação e “homogeneização” do território pela produção de cana-de-açúcar.

Alguns autores possibilitam uma melhor definição do conceito paisagem, pensando sobre definição de alguns aspectos relevantes, como forma de articulação entre os modos existentes de transformação do território. Capel nos remete a idéia de que (1981, p. 345) “a paisagem, em efeito, se converteu desde princípios do século XIX em um objeto essencial de investigação geográfica. Se aceitou que a combinação dos fenômenos sobre a superfície terrestre se traduz em tipos diferentes de paisagens”<sup>2</sup>. Novas formas vão se circunscrevendo, possibilitando um rearranjo regional/espacial. Desta maneira, os elementos da paisagem não são vistos como formas separadas, mas em íntimo e dinâmico de inter-relacionamento (MACIEL, 2001, p. 2). Para Santos (1988, p. 70) “a paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens”. Para Harvey (2005, p. 55) “a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão e não como expressão do equilíbrio harmonioso”.

Podemos entender que através das conceituações expostas por Santos (1988), permeia o conceito de que a paisagem como um palimpsesto e/ou mosaico podem estar suscetíveis a uma reutilização, já as formas viúvas ou virgens, criadas para inovações, funções facilitadoras de novas formas. O autor complementa dizendo que “são poucas as funções capazes de criar novas formas e é por isso mais comum o uso das preexistentes através de uma readequação”.

Já Harvey (2005) nos condiciona a uma idéia mais abrangente, verificando que a paisagem criada pelo capitalismo, relacionada essa a uma alteração do território, compromete que, as relações que o capitalismo demonstra em um determinado espaço, geram tensões e contradições, podemos dizer que leva a um processo desigual e combinado.

A “homogeneização” da paisagem se dá pela produção da monocultura da cana-de-açúcar em larga escala no Estado, resultando na modificação/alteração e ao mesmo tempo homogeneização do espaço e dos aspectos sócio-espaciais. Neste contexto, Santos também nos remete a idéia que considera a paisagem como o “domínio do visível”. Logo a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos e substituições, sendo que se escreve uma sobre a outra. (SANTOS, 1988, p. 61).

Neste sentido estrito, entendemos que as modificações perceptíveis e conseqüentemente visíveis, demonstram que a paisagem de uma forma “bruta”, converteu-se na introdução acelerada de um novo modo de produção, a *monocultura*, e da mesma maneira, iniciou-se um movimento de re-introdução tecnológica, resultando em uma nova etapa da modernização da agricultura, que anteriormente com a produção de soja também eram novas, mas o processo

<sup>2</sup> O autor considera que cada região por outra parte, se traduz em uma paisagem, sendo isto, o reflexo de diferenciação espacial. Já para os geógrafos alemães o termo *Landschaft* se equivale tanto a paisagem como região. (CAPEL, 1981, p. 345). Já para Milton Santos, esses aspectos tornaram-se diferentes, pois para ele “a confusão entre os dois conceitos não é mais possível. A Geografia não é mais o estudo da paisagem, como imaginavam nossos colegas de Antanho; não é que eles estivessem errados, apenas houve grandes transformações no mundo”. (SANTOS, 1988, p.63).

rápido de expansão da cana permitiu que essa paisagem fosse re-organizada de forma a atender os anseios da economia nacional.

Através do território, buscamos observar e perceber as modificações e movimentos que vão se dando no território, caracterizando as transformações que ocorrem nesta região, ressaltando os aspectos naturais, econômicos e sociais, bem como a reutilização de usinas já instaladas.

Buscamos em Raffestin (1993) o que vem a ser o território. O autor nos remete a conceituação de que o território se forma a partir do espaço, ocorrendo a *territorialização do espaço*, havendo relações de poder, onde o espaço é a prisão original e o território a prisão que os homens constroem para si. Consequentemente toda prática espacial se traduz em uma “produção territorial” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-150). Nesta perspectiva, Santos (2004, p. 79-80) nos leva a pensar o território como movimentos da sociedade, sendo que os territórios tendem a uma fragmentação e compartimentação, ligadas às relações de poder.

Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para outros (...). Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades e comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto (SANTOS, 2004, p.79-80).

Resgatando a idéia de Raffestin (1993), podemos relacionar com o modo de produção capitalista no território, bem como a sua apropriação por este sistema que produz e reproduz o território, pois entendemos que as relações existentes aprisionam e desenvolvem a continuidade do sistema. Santos (2004) destaca as maneiras existentes entre as localizações dos territórios, ponderadas por uma relação de poder superior, que demonstra as condições por qual ocorre à apropriação do território.

Para a análise das transformações que se desenvolvem no campo de Mato Grosso do Sul é preciso compreender o referido espaço enquanto uma parte/fração do território capitalista. É na dinâmica dessas relações, que se produz e reproduz o território e, portanto, a sua compreensão passa pela consideração desse movimento que, ao unir dialeticamente o todo e a parte, produzem um desenvolvimento desigual e combinado na sua essência (CALABI E INDOVINA *apud* MIZUSAKI, 2003, p.48).

Assim, procuramos compreender os processos de apropriação capitalista do território bem como sua homogeneização através da monocultura da cana-de-açúcar, processo este que demonstra como vai se dando a reprodução e desenvolvimento do capitalismo na agricultura e indústria do Mato Grosso do Sul.

Contudo, para que possamos compreender a dinâmica atual é necessário recuperar o processo histórico e o contexto do desenvolvimento desta atividade, na medida em que a leitura histórica do espaço auxilia na compreensão das transformações ocorridas na agroindústria canavieira de Mato Grosso do Sul. A categoria da formação socioespacial é fundamental por proporcionar a compreensão da formação e não somente da forma, onde a história da sociedade mundial aliada à história local configura a realidade social (SANTOS, 1977, p. 81).

Muitas foram às transformações ocorridas no cenário mundial (1940-1970), ligadas intensamente aos processos de industrialização. Por volta de 1965 é criado pelo governo militar no Brasil o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), que passou a fornecer subsídios à agricultura, inclusive para a produção de cana-de-açúcar, fornecendo as bases materiais para a modernização e crescimento econômico. (THOMAZ JR, 2002, p. 80).

Tais aspectos vão se acentuar principalmente na década de 1970, ultrapassando o século XXI, onde a ampliação de mercados internos, crescimento populacional e o consumo acelerado, passaram a influenciar diretamente na expansão do setor agrícola. Esse processo atingiu diretamente o setor açucareiro que, para atender as exigências de consumo da população, passou por uma readequação industrial. Segundo Furtado (1982, p. 198) foi “o fator mais

importante na primeira fase de expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país”. Como o autor afirma, entendemos que esse aumento populacional e a expansão agrícola, repercutiram no setor açucareiro, considerando desta forma a fase inicial de grande expansão canavieira no Brasil e a *posteriori* no Estado do Mato Grosso do Sul. Desta forma, o Estado passou a viabilizar os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs).

Em contrapartida, os fatores políticos e econômicos tornam-se influências imediatas no processo de evolução da quantidade de usinas sucro-alcooleiras. Assume-se que o Estado intervém diretamente no setor, pois através de políticas públicas procura garantir a rentabilidade, bem como a consolidação das agroindústrias, priorizando alguns produtos exportáveis, estando entre eles o açúcar e o álcool, concentrado de suco de laranja e a soja.

Através das relações de mercado, não elevou exageradamente os preços repassados ao consumidor bem como aumentou o valor pago aos produtores, ocasionando uma estabilização do setor sucroalcooleiro no mercado interno. Portanto, o impacto da globalização e a lógica econômica fazem o capital produtivo buscar os nichos mais propícios para seu desenvolvimento e o Brasil tem dois produtos considerados muito competitivos: o álcool e o açúcar (RISSARDI, 2005, p. 15).

### **O processo de apropriação do território e a sujeição da renda da terra pelo capital na produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul**

Para emoldurarmos o processo de apropriação do território pela cana, devemos analisar a introdução capitalista no território e reprodução ampliada desse sistema, principalmente na agricultura e indústria, que através da cana-de-açúcar as duas estão conjuntamente articuladas, como nos diz Oliveira (1994, p. 51) “o capitalismo também está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura”. Ou, como Bezzi afirma (2004, p. 190), “a agricultura capitalista também é uma indústria – seria o responsável pela reprodução do sistema”.

Nota-se que hoje ocorre esta junção, porque o capitalista também se tornou proprietário de terras e ainda, o desenvolvimento da agricultura atual está marcado pela crescente industrialização, como destaca Oliveira (1996, p. 25);

Dois exemplos desse processo são as usinas ou destilarias de açúcar e álcool e os produtores de fumo. Nas usinas ou destilarias, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa (OLIVEIRA, 1996, p. 25).

Desta forma, o processo de apropriação do território pela produção capitalista, se desenvolve de uma maneira acelerada, levando a um processo de concorrência entre agricultores, pois com um produto em expansão, muitos agricultores passam a aderir ao mesmo produto. Fator visível no Estado do Mato Grosso do Sul (ver gráfico 1), que possui 10 usinas de processamento já instaladas<sup>3</sup> (Figura 1), contando com 26 usinas em instalação no período de 2007 a 2010, das quais 5 usinas estão na fase de conclusão, abrangendo os municípios de Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Maracaju, Dourados, Sidrolândia. Cabe destacar, os municípios que já possuíam usinas instaladas e passam a receber novas usinas (inclusive algumas delas de grupos estrangeiros), como os municípios de Rio Brilhante, Maracajú, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia e Naviraí.

No entanto, devido à instalação de novas usinas, principalmente na região sul do estado, uma nova feição na agricultura passa a se desencadear. Proprietários de terras e até mesmo alguns arrendatários foram incorporados ao sistema de incentivo nacional na produção de álcool. Estes produtores, que antes destinavam suas lavouras para o plantio de soja/milho ou pastagens, passam a preparar a terra para a plantação de cana-de-açúcar, visando maiores lucros atendendo a demanda das usinas.

<sup>3</sup> Municípios que abrigam as usinas já instaladas: Aparecida do Taboado, Dourados, Iguatemi, Maracaju, Naviraí, Rio Brilhante, Sidrolândia e Sonora). A Usina Eldorado, a última a ser inaugurada, está localizada entre Nova Alvorada e Rio Brilhante.

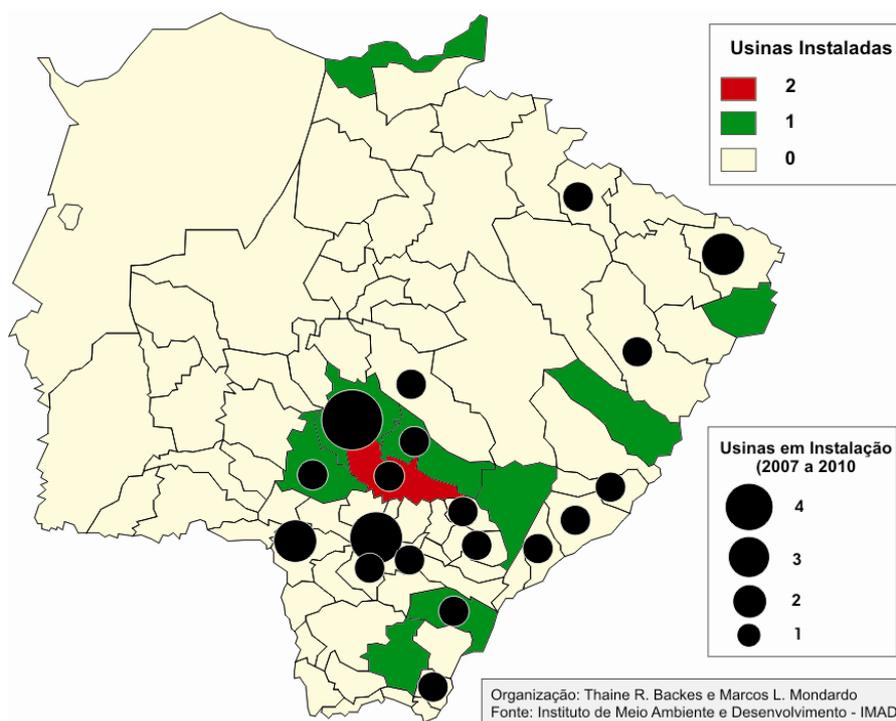
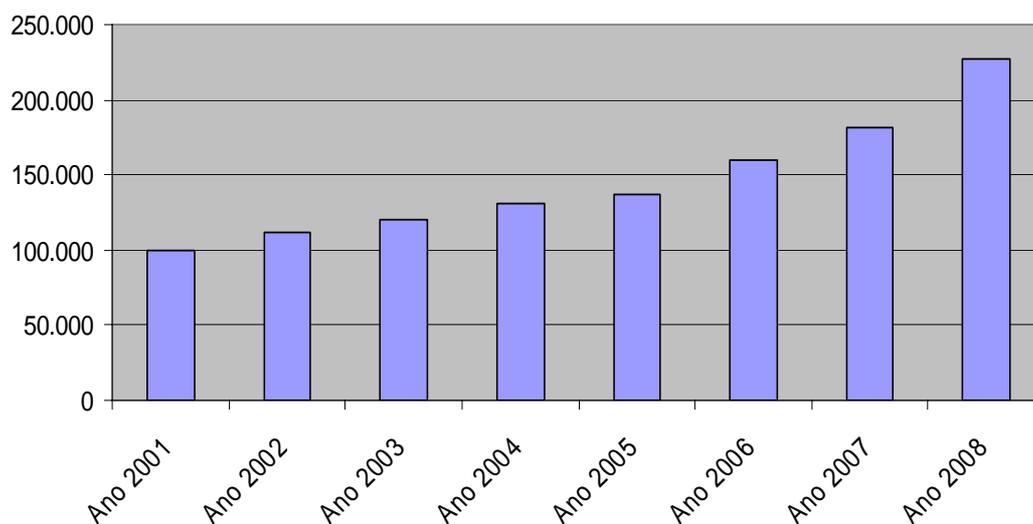


Figura 2 – Usinas instaladas e em instalação no Mato Grosso do Sul

Tal fator pode ser constatado no Estado de Mato Grosso do Sul principalmente a partir de 2001, onde a área plantada girava em torno de 99,6 mil/hectares e que desde então ocorre um aumento significativo até a safra de 2007, atingindo a uma área plantada de 182.060 mil/hectares, conseqüentemente a produção que estava em torno de 7,5 milhões vai para 9 milhões, e a previsão de área plantada para 2008 gira em torno de 226.957 mil/hectares.(Gráfico 1).



FONTE: Cf. Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI e Secretaria de Estado da Produção e do Turismo (Seprotur).  
ORG.: Backes, T. R. 2007.

Gráfico 1 – Área plantada de cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso do Sul (2001-2008)

Assim a agricultura e a indústria em um processo mútuo, iniciam uma reorganização espacial, desarticulando-se para atender a essas novas exigências de mercado. Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1982, p. 203), nos conduz a essa análise ressaltando que;

Em primeiro lugar, a especialização da agricultura provoca trocas entre as várias regiões agrícolas e entre os diversos estabelecimentos agrícolas e os vários produtos. Em segundo lugar, quanto mais a agricultura se adentra na circulação de mercadorias, tanto mais rapidamente cresce, da parte da população rural, a demanda de artigos de consumo pessoal produzidos pela indústria de transformação e tanto mais rapidamente – em terceiro lugar – cresce a demanda de meios de produção, porque nenhum empresário rural, grande ou pequeno, pode organizar a nova agricultura comercial com os velhos instrumentos e as velhas instalações “camponesas” (LÊNIN, 1982, p. 203).

Através de algumas conversas realizadas com agricultores, agrônomos, como também pesquisas em jornais, artigos, periódicos entre outros, percebemos que as áreas mais atingidas pela expansão do setor sucroalcooleiro no estado, são as áreas de pastagens e de soja. Já os agricultores que trabalhavam com a monocultura da soja, estão substituindo os implementos utilizados naquela produção, adquirindo novas máquinas que possuem formas de arar e adubar a terra direcionada para o plantio de cana, bem como máquinas apropriadas para fechar as covas com mudas. Entendemos que através dessa forma o capital passa a se reproduzir de forma ampliada, atingindo a indústria, o comércio e o agricultor, como destaca Thomas Júnior (2002, p.136) “a partir da incorporação de novas tecnologias e equipamentos no processo de produção, nas diferentes etapas da cultura e na industrialização de cana, vem dando uma nova tônica ao processo de valorização e reprodução ampliada do capital”.

Entendemos que o processo inicial de “homogeneização” do território através da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul, vem atingindo lentamente o pequeno agricultor, arrendatários e o trabalhador assalariado no campo, se apropriando e expandindo-se nesta nova conceituação acelerada de crescimento nacional.

É interessante destacar a participação da terra como mercadoria nesse processo. Como afirma Martins:

A terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho (...), a terra não é a materialização do trabalho humano, mas se transforma em mercadoria (MARTINS, 1983, p. 159-160).

Novas relações são estabelecidas, a terra passa a ter outro preço, negociada de forma a atender as exigências do setor sucroalcooleiro. Como destaca Ianni (1981, pg.154), onde afirma que “a terra torna-se mercadoria, ganha preço, passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca, estando ela inserida nas relações capitalistas de produção”. Mizusaki (2003) contribui dizendo:

A partir da década de 60, o processo de desenvolvimento do capital no campo em Mato Grosso do Sul vai assentar suas bases sob o domínio do capital industrial, que se expandia no país orientado pelo modelo de produção propugnado pela chamada revolução verde. As culturas a viabilizarem esse novo *modo industrial de produzir* no campo [...] foram o trigo, a soja e a pecuária melhorada, que se expandiram primeiramente nas áreas ocupadas pela pecuária tradicional, devido ao seu baixo custo de implantação, por se tratarem de campos abertos, além do preço da terra ser mais baixo que nas áreas de mata. Entre 1968 e 1971 houve considerável elevação no preço da terra, fazendo com que aumentasse a exploração dessas culturas através do sistema de arrendamento (MIZUSAKI, 2003, p. 54 – 55, grifo da autora)

Tal análise nos remete a entender as formas de apropriação da terra através da cana de açúcar, que através de algumas entrevistas<sup>4</sup> informais com agricultores e agrônomos do

<sup>4</sup> Foram realizadas entrevistas no dia 07/04/2007, com os agricultores: Ivar Brumm, arrendatário de terras no estado para a produção de soja e milho; Carlos Genevro, proprietário e arrendatário de terras no estado para a produção de soja e milho; e, Carlito Backes, arrendatário de terras no estado para a produção de soja e milho e proprietário de

município de Dourados podemos perceber que o arrendamento para áreas de cana, vem se tornando cada vez mais atrativo, pois os valores apresentados por aqueles agricultores demonstram que o arrendamento para a produção de cana-de-açúcar varia em torno de R\$ 400,00 a 450,00 por hectare, sendo que o arrendamento para a produção da soja varia em torno de R\$ 230,00 a 250,00 por hectare.

Nesse sentido, os arrendatários percebem dificuldades em encontrar outras áreas para a produção de soja e milho, devido a grande disponibilidade de áreas para o arredamento direto a usinas. Desta forma na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra, cresce sua dependência em relação ao capital, onde o capital tende a se apropriar da renda da terra, ocorrendo então à sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1983, p. 170).

### **Participação da cana-de-açúcar no estado e perspectivas/expectativas para os próximos anos**

Falamos em perspectivas, mas entendemos que o cenário presente é um, e o futuro pode sofrer alterações, como Raffestin coloca (1993 p. 235) “nessa estratégia o que conta é o presente imediato, o futuro não sendo levado em conta. Privilegiar a informação funcional é privilegiar o presente, enquanto preferir a informação reguladora é privilegiar o futuro”. A intervenção do Estado no processo de inserção de complexos sucroalcooleiros no Brasil e consequentemente no Mato Grosso do Sul, vem sendo favorável a essa entrada maciça de agroindústrias da cana, mas entendemos que o cenário futuro pode ser modificado, algo que não vem se dando tanta importância no presente, o que se faz é atender as perspectivas atuais com um mercado em expansão no momento.

O subsídio fornecido pelo Estado, garante que agricultores produtores de cana-de-açúcar e industriais ainda se mantenham sem prejuízos, pois o mercado atual está voltado para essa expansão, condicionado a atender a uma demanda primeiramente nacional, mas já exportando grande quantidade de álcool para outros países, tendo como intermediador a empresa Petrobrás. Desta forma o Estado passa a atuar como mediador e interventor. Raffestin a partir dessa relação nos leva ao entendimento de que (1993, p. 236);

O ator político, o Estado, na medida em que o verdadeiro e legítimo representante da população que, por definição, quer viver e sobreviver num território, ter só pode escolher otimizar os recursos. O ator político está mais habilitado que outras organizações para gerenciar o patrimônio nacional. Estamos bem conscientes de que essa observação é marcada por um idealismo limitado pela ingenuidade, pois nos países capitalistas os recursos são, na maioria das vezes, objeto de apropriação privada. E então? Então a produção de recursos não tem de eliminar o confronto empresa – Estado para confiar a este último a responsabilidade pela exploração (RAFFESTIN, 1993, p. 236).

Logo, o subsídio prestado pelo Estado para a indústria bem como para os agricultores, caracteriza que, cada vez mais agricultores acreditados nesta expansão e atraídos pelos valores elevados proporcionados pela cana-de-açúcar e que também foi proporcionado no auge da soja com valores da saca três vezes acima do normal, passam a fazer parte desse processo monopolista de desenvolvimento.

Assim, ao passo que o capitalismo insere seus domínios de expansão, pode ocorrer uma fase de recessão, como as comparadas pelos ciclos de Kondratiev ou julglarianos. Logo, entendemos que a terra também é um espaço finito como Raffestin nos diz (1980, p. 229) “no entanto existe um limite teórico, devido ao fato de a terra ser um espaço finito. Aliás, conhece-se a famosa lei dos rendimentos decrescentes na agricultura, que expressa bastante bem esse fenômeno, do ponto de vista econômico”.

Da mesma forma que essa produção expande, expandem-se também o esgotamento da terra devido à produção em larga escala sem renovação de solos. Logo, as interferências climáticas conduzem a um viés de preocupação, pois o período de chuvas na região centro-oeste vem se

---

terras no estado do Paraná. Agrônomos: Albani Pacheco, residente no Paraná, mas que presta serviço no Estado do Mato Grosso do Sul; e, Carlos Felipe Backes graduando em agronomia.

tornando ano-a-ano mais escasso, fator que atingiu na safra 2004/2005 as plantações de soja e milho como também a produção de cana-de-açúcar.

Raffestin (1993, p. 229-232), explana sobre os recursos renováveis e não-renováveis destacando a água e o solo. Mas em contrapartida, contribui no entendimento da utilização de recursos renováveis para a substituição dos recursos não renováveis como o carvão e petróleo. Tal idéia nos remete a pensar a utilização da cana-de-açúcar como fonte energética e combustível renovável. Desta forma o autor coloca uma questão que achamos essencial para talvez compreender a expansão do setor sucroalcooleiro no que diz

*“a estratégia americana em matéria de produtos é eloqüente. O controle e a gestão de quantidades imensas de produtos alimentares, para um país do tipo dos Estados Unidos, constituem os fundamentos de um poder fabuloso. Há muito tempo que os Estados Unidos perderam sua supremacia petrolífera, mas estão em vias de constituírem uma outra, fundada nos recursos renováveis essenciais” (RAFFESTIN, 1993, p. 230, grifos do autor).*

Desta forma entendemos que a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil, circunscreve a uma relação de poder imposta pelo governo americano, que após seus recursos não renováveis estar em via de findar, é necessário reproduzir sua demanda enérgica que sustenta suas indústrias, assim o incentivo a produção de recursos renováveis pode ser realizada de certa forma para atender tanto a demanda nacional de um país como internacional, estando os Estados Unidos um dos primeiros países a utilizar esses recursos. Contudo, o cenário atual se confronta de certa forma com essas medidas, pois os Estados Unidos também é país produtor de um recurso renovável muito eficiente como o milho, que vem a ser um grande concorrente da cana-de-açúcar e que pode impedir a entrada desse produto no país, devido a grande pressão que pode vir a ser realizada pelos produtores americanos de milho.

A expansão da produção de cana-de-açúcar no Brasil não poderia entrar em declínio devido a essas imposições? O Brasil é auto-suficiente em produção para atender a demandas nacionais como também nacionais e as perspectivas nacionais são de vir a atender também as demandas internacionais o que, conseqüente, leva ao aumento considerável de plantações de cana-de-açúcar no Brasil. Caso ocorra um aumento de imposições para a entrada de cana-de-açúcar em outros países, o que será feito com o acúmulo de produção canavieira no Brasil? Será queimada, como o café na década de 1930? Desta forma, analisamos que a cana pode a vir entrar em um processo de declínio, acarretando em uma crise nacional no setor, que até o momento somente está em expansão vertiginosa sem medir de certa maneira a conseqüências que podem ser geradas. Ainda, compreendemos que a cana-de-açúcar pode ser mais uma fase, como foi o café, o milho e a soja.

Nesta perspectiva, caso ocorrendo uma fase depressiva, quem serão os maiores prejudicados? O Estado-explorador como exposto por Raffestin (1993)? Os agricultores? Os usineiros? Acreditamos que se ocorrer uma fase descendente, o país poderá encontrar dificuldades econômicas principalmente na agricultura, extensiva a diversos setores e o Mato Grosso do Sul poderá estar inserido neste meio, devido ao poder do Estado de estar instalando usinas de uma forma acelerada nesta região.

Transformações ocorridas no cenário mundial, principalmente nos períodos (1940-1970), estiveram ligados intensamente aos processos de industrialização combinados com novas relações na agricultura, caracterizando dessa forma, articulações que viriam refletir adiante. Segundo Oliveira (1994, p. 51) “o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização, uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente”.

Logo, tais aspectos acentuaram-se na década de 1970, ultrapassando o século XXI, onde a ampliação de mercados internos, crescimento populacional e o consumo acelerado, passaram a influenciar diretamente na expansão do setor agrícola. Assim, esse processo atingiu diretamente o setor açucareiro, que para atender as exigências de consumo da população, foi necessário uma readequação industrial.

Os fatores políticos e econômicos tornam-se influencias imediatas no processo de evolução da quantidade de usinas sucro-alcooleiras. Assume-se que o Estado intervêm diretamente no

complexo, pois através de políticas públicas procura garantir a rentabilidade do setor, que através das relações de mercado, não elevou exageradamente os preços repassados ao consumidor e em contrapartida aumentou o valor pago aos produtores, ocasionando desta forma a uma estabilização do setor sucroalcooleiro no mercado interno. Portanto, o impacto da globalização e a lógica econômica fazem o capital produtivo buscar os nichos mais propícios para seu desenvolvimento e o Brasil tem dois produtos considerados muito competitivos: o álcool e o açúcar (RISSARDI, 2005, p. 15). Portanto, nota-se que o território foi organizando-se de maneira diversa, ao que podemos considerar a reorganização do espaço que se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção (SANTOS, 1988, P.45).

### **Estado: papel intervencionista**

A economia brasileira esteve voltada, principalmente, até meados de 1930, para a exportação; o setor açucareiro sofria diversas interferências externas, tais como alta produtividade em outros países, o que ocasionava rupturas de safras e competição com o Brasil. Porém, quando o café brasileiro passava por crises (a mais intensa em 1929), levou muitos cafeicultores a aderirem às plantações de cana-de-açúcar. Tão logo, o crescimento interno só pode ocorrer devido ao fato de o Brasil estar passando por uma nova fase na economia; a industrialização vinha se fazendo presente em diversas regiões, principalmente, no estado de São Paulo (MARIOTONI, 2004, p.16).

De modo geral, podemos dizer que o *governo* passou a exercer uma *política intervencionista* neste processo, buscando evitar desta forma, a decadência dos Estados produtores de açúcar (IANNI, 1988, p.39). Através disso, o Governo Federal brasileiro lança medidas em 1975, que resultam no Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL -, em que se incentivou a produção de álcool<sup>5</sup>, atendendo principalmente, aos setores energéticos, combustíveis, de indústria e exportação (PIACENTE, 2005, p. 4).

Para Thomaz Jr. (2002, p. 76):

Gestado de comum acordo entre capital e Estado, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) (...), resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool selou a mediação estatal na atividade sucro-alcooleira, indexando à produção de álcool os objetivos centrais, até a reversão desse quadro, no final dos anos 80. O programa foi lançado e estrategicamente construindo com propósito de se produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar. (THOMAZ JR., 2002, p. 76).

O PROÁLCOOL representou desta forma, um marco na indústria açucareira no Brasil; através de políticas governamentais a atuação do Estado foi de suma importância para impulsionar o consumo de álcool; para isso foram adotadas algumas medidas, como: a) políticas de defesa na diferenciação dos preços da gasolina e álcool etílico (combustível); b) facilidades ao consumidor na aquisição de veículos movidos à gasolina e álcool.

Nesse contexto, torna-se relevante lembrar que alguns estados vinham desenvolvendo após 1975, de forma inicial, sua produção no setor sucroalcooleiro, incentivados, fundamentalmente, pelas políticas governamentais de expansão deste setor para as regiões de fronteiras, como por exemplo, nosso cenário de estudo, o estado Mato Grosso do Sul.

Assim, no desenrolar deste processo - por volta de 1986 -, o Governo Federal brasileiro reviu as políticas que fomentavam o setor sucroalcooleiro: isso resultou na redução dos incentivos e, na diminuição da rentabilidade dos canaviais. Deste modo, “o período compreendido entre 1986-1990, ficou conhecido como a fase de desaceleração e crise do programa PROALCOOL” (FURTADO, 2005, p. 29).

---

<sup>5</sup> A produção de álcool combustível no Brasil iniciou-se muito timidamente por volta da década de 1930, quando um decreto criou a Comissão de Estudos sobre álcool-motor, que era ligada ao - Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA (PIACENTE, 2005:5).

De acordo com o referido autor, a partir destas iniciativas de intervenção econômica do Estado - ocorrido no final da década de 1980 e início de 1990 -, teve início um processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro, resultando em uma nova ordem institucional para este e ascendendo um novo cenário para o produto no Brasil. Segundo Mannarelli Filho (2002, p. 39) “mesmo agora atuando de maneira desregulamentada e sem intervenção estatal, o setor sucroalcooleiro, voltou a crescer; mesmo depois do esgotamento do PROÁLCOOL”.

Portanto, após o Brasil passar por uma fase de diminuição do setor sucroalcooleiro, novamente começa a atingir as melhores posições na produção e exportação, incentivando, de certa maneira, as pequenas usinas que haviam se formado no interior brasileiro e que passaram a contribuir na expansão do setor no Brasil; a exemplo desta realidade temos o estado do Mato Grosso do Sul - nosso objeto de estudo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul vem concentrando-se, principalmente nos municípios que compõem a região sul do Estado. Com onze usinas instaladas, processando em torno de 15,5 milhões de toneladas de cana, produzidas em aproximadamente 150 mil ha. No entanto novas usinas de açúcar e álcool estão em processo de instalação ou em construção, segundo estimativas, 31 novos empreendimentos já se encontram em andamento e outros projetos em fase de negociação. Segundo informações da Seprotur (Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo), a instalação dessas poderá acrescentar em torno de 20-30% no aumento da produção.

No entanto, as perspectivas de expansão futuras dependerão em grande medida, do incremento de produtos gerados a partir da cana-de-açúcar no mercado internacional bem como o contínuo incentivo do Estado subsidiando está apropriação do território pela agroindústria sucro-alcooleira.

A onda neste momento prevalece em torno de combustíveis renováveis, caso esse ciclo continue se reproduzindo, e as imposições dos mercados internacionais diminua, a cana-de-açúcar pode desenvolver em “grande fôlego” por um determinado tempo. Usamos a expressão tempo, pois ainda não podemos delinear com exatidão as transformações/formações que o setor canavieiro desenvolverá no Mato Grosso do Sul, pois este setor ainda não consolidou totalmente as suas bases.

As configurações que estão se delineando no cenário nacional indicam que nesta década o setor agroindustrial da cana-de-açúcar continuará se consolidando não somente em escala nacional, mas estará atendendo as imposições internacionais como garantia de mercado.

Com a realização deste estudo, percebemos que a entrada deste setor vem atingindo outros ramos de atividade que, lentamente, alteram seu curso na ordem da produção, como a plantação da soja e a criação de gado. No entanto, inicialmente, o que se mostra mais em evidência nesse processo é a renda da terra, ocorrendo assim, muita oferta da mesma para a entrada da plantação da cana-de-açúcar e, pouca terra para arrendamento para a plantação de outros produtos. Verifica-se um poder de pagamento pela renda da terra muito maior pelo capitalista que está buscando plantar cana-de-açúcar.

Assim, esta reestruturação produtiva gerada através da monopolização do território na no Mato Grosso do Sul não demonstra ainda a sua organização e territorialização do capital de forma mais clara, não sendo possível assim, evocar nessa região quais serão os maiores impactos dessa expansão. Entretanto verifica-se um movimento intenso que busca alterar boa parte da dinâmica da sociedade local em busca da implantação de usinas sucro-alcooleiras. Mudam-se as paisagens, os contextos, os atores, as atividades de produção que atribuem, dessa maneira, novas e velhas formas de exploração e dominação do território, em busca da reprodução ampliada do capital.

### **REFERÊNCIAS**

BEZZI, MERI LOURDES. *Região: uma (re)visão Historiográfica – da gênese aos Novos Paradigmas*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

SEPROTUR. Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e Secretaria de Estado da Produção e do Turismo (Seprotur). [www.seprotur.gov.ms.br](http://www.seprotur.gov.ms.br). Acesso em 23/08/2007.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Ed. Cia nacional. São Paulo, 1982.

IANNI, OCTAVIO. *A luta pela terra*. 3ªEd. Petrópolis: Vozes, 1981.

IMAD. Instituto do Meio Ambiente – [www.imad.org.br](http://www.imad.org.br). Acesso em 31/08/2007.

LÊNIN, VLADIMIR I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Vozes, 2 ed. Petrópolis, 1983.

MIZUSAKI, MÁRCIA YUKARI. *Monopolização do Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo-USP São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, ARIIVALDO UMBELINO. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, ARIIVALDO UMBELINO. O Campo Brasileiro no Final dos anos 80. In: *A questão agrária hoje*, Org. João Pedro Stédile. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

RAFFESTIN, CLAUDE. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RISSARDI JUNIOR, DARCY JACOB. *A agroindústria canavieira do Paraná Pós-desregulamentação: uma abordagem neoschumpettriana*. 2005. 136 f. (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SANTOS, MILTON. *Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método*. (Boletim Paulista de Geografia. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977).

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec: São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 1. reimpre. – Edusp, São Paulo, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.